

Thalita Carvalho Rosa

Violência e mulheres presas: Uma revisão da literatura

UBERLÂNDIA

2018

Thalita Carvalho Rosa

Violência e mulheres presas: Uma revisão da literatura

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Instituto de Psicologia
da Universidade Federal de Uberlândia,
como requisito parcial à obtenção do
Título de Bacharel em Psicologia.

Orientador/a: Neftali Beatriz Centurion

**UBERLÂNDIA
2018**

Thalita Carvalho Rosa

Violência e mulheres presas: Uma revisão da literatura

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientador/a: Neftali Beatriz Centurion

Banca Examinadora

Uberlândia, 5 de dezembro de 2018

Neftali Beatriz Centurion (Orientador)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Dra. Marciana Gonçalves Farinha
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Me. Letícia Trombini Vidotto
Universidade de São Paulo- USP

Prof. Dra. Tatiana Benevides Magalhães Braga (Examinador Suplente 1)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Camila Martins Lion (Examinador Suplente 2)
Universidade de São Paulo- USP

UBERLÂNDIA

2018

RESUMO

Rosa, T. C. Violência e mulheres presas: uma revisão de literatura. 2018. 23p. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais.

Para estabelecer um panorama da produção científica acerca da violência e mulheres no sistema prisional foi feito uma revisão de literatura utilizando os descritores mulheres, violência e prisão. Depois de eliminados os artigos duplicados e que não falavam sobre o tema, ficaram 8 artigos. Esses artigos foram analisados de acordo com oito dimensões: (1) base de dados da publicação; (2) ano das publicações; (3) revista da publicação; (4) abordagem metodológica; (5) ferramentas utilizadas; (6) Quantidade de participantes; (7) fatores importantes; (8) objetivo dos trabalhos. Os fatores importantes e os objetivos dos trabalhos trouxeram resultados que mostraram que as mulheres sofrem violência em toda sua vida e em todos os locais que frequentam, alguns artigos relacionaram que mulheres que tinham sido vítimas de violência doméstica prevaleciam entre as mulheres presas. Com a análise, pode-se perceber que as mulheres presas em sua maioria têm baixa-escolaridade, se envolvem em crimes relacionados a tráfico de drogas e geralmente são introduzidas a criminalidade pelo parceiro do relacionamento amoroso. O baixo suporte social também foi um fator citado entre as detentas que são mães e precisam cuidar de seus filhos sozinhas.

Palavras-chave: Mulheres; violência; prisão

ABSTRACT

Rosa, T. C. Violência e mulheres presas: uma revisão de literatura. 2018. 23p. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais.

In order to establish a panorama of the scientific production about violence and women in the prison system a literature review was made using the descriptors women, violence and prison. After eliminating duplicate articles that did not talk about the topic, there were 8 articles. These articles were analyzed according to eight dimensions: (1) publication database; (2) year of publication; (3) journal of the publication; (4) methodological approach; (5) tools used; (6) Number of participants; (7) important factors; (8) objective of the work. The important factors and objectives of the work brought results that showed that women suffer violence throughout their lives and in all the places they attend, some articles related that women who had been victims of domestic violence prevailed among women prisoners. With the analysis, it can be seen that mostly female prisoners are low-educated, involved in drug-related crimes and are often introduced to crime by the partner in the dating relationship. Low social support was also cited among mothers who are mothers and need to care for their children alone.

Keywords: Women; violence; prison.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
INTRODUÇÃO.....	8
METODOLOGIA.....	10
RESULTADO E DISCUSSÃO.....	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	23

APRESENTAÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso é oriundo de uma jornada com o final turbulento, no qual eu estive perto de desistir. O curso de psicologia me trouxe teorias, sentimentos e amizades que marcaram minha vida de uma forma positiva, mas no final do curso me vi depressiva e paralisada, não conseguia escrever o trabalho e achei que não iria conseguir concluir o ensino superior. Praticamente um ano e meio se passou desde o momento que deveria ter formado até agora, e nesse ano reencontrei um desejo que ficou adormecido durante a maior parte do curso, que é ser policial. Nesse tempo comecei a estudar para concursos dessa área como para Agência Brasileira de Inteligência e para a Polícia Federal, e isso me deu forças para finalizar o curso, afinal precisaria desse diploma para poder ser nomeada para os cargos pretendidos.

A volta para o curso não foi fácil, descobri que deveria procurar um novo orientador, um novo tema e que o trabalho deveria ser finalizado em um semestre. Minha nova orientadora aceitou o desafio e juntas achamos um tema que me chamou atenção enquanto estudava para polícia federal, a situação das mulheres nas prisões do Brasil. Adaptamos o tema e o tipo de pesquisa que faríamos de acordo com tempo que teríamos, e assim começou esse trabalho.

Na seção introdução, faço uma breve contextualização sobre a história das punições do mundo, desde os suplícios do corpo até a pena privativa de liberdade. As contradições dos objetivos da prisão com a realidade vivida pelos encarcerados, e a violência que as mulheres sofrem durante toda sua vida.

O tipo de pesquisa escolhido foi revisão da literatura, para podermos estabelecer um panorama da produção científica acerca da violência e mulheres no sistema prisional e na seção “Resultados e Discussões” cada artigo será analisado de acordo com tópicos

descritos na metodologia. Na seção “Considerações Finais”, apresentarei o fechamento do trabalho com a síntese dos resultados obtidos e possíveis implicações desses resultados.

INTRODUÇÃO

Foucault, em seu livro *Vigiar e Punir* (1987), discorreu sobre as mudanças na forma de punição que marcaram os séculos XVIII e XIX. Neste período as punições corpóreas eram comuns, além da dor física os condenados eram expostos publicamente. O suplício do corpo, os desmembramentos, as fogueiras em praça pública se perpetuaram por muito anos, porém mudanças gradativas foram acontecendo ao longo da história. (Foucault, 1987)

Essa mudança, levou a uma transferência da punição do corpo para o que poderíamos chamar de uma punição incorpórea, na qual a punição fica pautada no julgamento e na condenação. A execução da pena é vista “como uma vergonha suplementar que a justiça tem vergonha de impor ao condenado”. Assim a execução da pena passa a ser um mecanismo administrativo. A teoria da justiça começou a se pautar em não punir e sim corrigir, reeducar. Isso, para Foucault, recalca a expiação do mal e liberta os magistrados do ofício de castigadores, ainda que acarretando outras críticas e desafios a esse modo de controle e punição. (Foucault, 1987)

A dor do corpo e o sofrimento físico teoricamente não fazem mais parte dos elementos que constituem a pena, o que rege a pena agora é uma economia dos direitos suspensos. O condenado é colocado em um sistema de coação, privação, obrigações e interdições. As punições passam a ser a prisão, a reclusão, a interdição de domicílio, a extradição e a restrição da liberdade, e deixam de ser os suplícios do corpo. (Foucault, 1987)

Essa mudança caracterizou uma reforma penal que humanizou a punição, fazendo com que o poder de punir fosse deslocado da vingança do soberano à defesa da sociedade, porém o direito de punir continua como elementos muito fortes e a prisão se torna tão temível quanto as punições violentas em praça pública. (Foucault, 1987)

Apesar dos objetivos humanizadores da reforma penal, a prisão carrega consigo vários efeitos contrários a essa humanização. A violência sofrida pela privação da liberdade e a despersonalização do detento não atinge unicamente o corpo, agride também a personalidade, cultura, desejos e volições pessoais, anulando-os. (Barcinski, Altenbernd, & Campani, 2014)

Essa anulação da cultura, ou processo de socialização negativa, é oposto ao objetivo de ressocialização dos detentos. A cultura prisional é absorvida pelos presos de tal forma que gera uma desadaptação à vida em sociedade e às condições necessárias à ressocialização. Pode-se observar, então, que há uma visível ambiguidade norteando a missão humanizadora da prisão (Barcinski, Altenbernd, & Campani, 2014).

Dados extraídos do Infopen, sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, informam que no 1º semestre de 2016 havia 665.482 homens e 42.355 mulheres privados de liberdade. (Infopen, 2016); houve um aumento de 118% da população carcerária feminina, entre 2015 e 2014. A taxa de encarceramento feminino passou de 10.8 para 18.5/100.000 brasileiras (Leal, Ayres, Esteves-Pereira, Sánchez, & Larouzé, 2016). Os dados assim como a realidade atual carcerária, podem dizer dos mecanismos utilizados ou direcionados para essa população, apresentando estratégias que não tem priorizado a reestruturação social buscando a diminuição do número de pessoas privadas de liberdade, mas sim, “garantir” a segurança por meio da retirada cada vez maior de pessoas do convívio social.

Perante todo esse contexto, Briceño (2006) afirma que os níveis de afetação pessoal e familiar são diferentes em homens e mulheres em situação de encarceramento. Assim como na sociedade extra sistema prisional a mulheres se encontram em um lugar de maior vulnerabilidade que os homens. (Rojas-Cavanzo, Perafán-Benkelfat, & Mora-Antó, 2016)

Os papéis impostos aos homens e às mulheres, consolidados por uma cultura patriarcal, reafirmam comportamentos específicos a cada gênero. A atribuição do comportamento agressivos aos homens e do comportamento dócil e submissos às mulheres criam essa relação de poder, de dominação do homem que faz com que haja violência de gênero e estigmatização. (Moreira, Boris, & Venâncio, 2011)

Estigma é compreendido como um atributo que implica desvalorização, inferioridade e situa a mulher em uma posição de desvantagem. (Moreira, Boris, & Venâncio, 2011). Estudo realizado em 2016 aponta que mulheres em situação de encarceramento apresentam conflitos familiares severos, ao não disporem de espaços de cuidado da saúde mental ou física, detém histórico de traumas não reconhecidos, além de apresentarem famílias desestruturadas e em meios violentos, vítimas de agressões físicas ou emocionais. (Rojas-Cavanzo, Perafán-Benkelfat, & Mora-Antó, 2016)

Tendo em vista o que se precede, o objetivo do estudo é estabelecer um panorama da produção científica acerca da violência e mulheres no sistema prisional. A partir disso foi realizado uma revisão de literatura, na qual foram analisados artigos sobre o tema em diversos termos: (1) base de dados da publicação; (2) ano das publicações; (3) revista da publicação; (4) abordagem metodológica; (5) ferramentas utilizadas; (6) Quantidade de participantes; (7) fatores importantes; (8) objetivo dos trabalhos.

MÉTODO

Estratégia de localização das referências

Para auxiliar a localização de referências, foram realizadas consultas às bases de dados LILACS, PePSIC e no repositório Scielo. Buscou-se contemplar publicações científicas nacionais e internacionais em Psicologia e em sentidos mais amplos, já que há um caráter multidisciplinar no tema. As consultas às bases foram realizadas em setembro

de 2018, utilizando os seguintes descritores em português: Mulheres; Prisão; Violência. O descritor “mulheres” no plural foi escolhido por haver maior quantidade de resultados do que “mulher” em singular.

Cabe destacar que para viabilizar um levantamento bibliográfico mais amplo, as consultas não envolveram a utilização de limites de qualquer espécie, por exemplo quanto à data de publicação.

Estratégias de seleção das referências

Os títulos de todos os artigos obtidos a partir das pesquisas nos bancos de dados foram verificados inicialmente de forma a eliminar as duplicidades encontradas. Em um segundo momento buscou-se eliminar do escopo os resultados cujos textos não estavam disponíveis na íntegra nos respectivos bancos de dados. Os resumos das referências que restaram passaram por uma leitura preliminar, com o objetivo de determinar se o artigo viria a constituir o corpus de análise. Devido a pequena quantidade de artigos o único critério de exclusão utilizado foi se o artigo tratava de homens e não de mulheres.

Estratégia de avaliação das referências

Das referências que constituíram o corpus, apenas três não estavam disponíveis para leitura. O resto das referências foram analisadas mediante a leitura exaustiva de cada uma. Os resultados da leitura foram organizados em 8 dimensões: (1) base de dados da publicação; (2) ano das publicações; (3) revista da publicação; (4) abordagem metodológica; (5) ferramentas utilizadas; (6) Quantidade de participantes; (7) fatores importantes; (8) objetivo dos trabalhos.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Foram localizadas no total, 23 referências, sendo 14 na LILACS, 8 na Scielo e 1 na PePSIC. Após eliminadas as duplicidades, restaram 15 referências das quais foram, destas 3 foram eliminadas as que não estavam com o texto disponível e 4 porque as que não tratavam as mulheres como tema central do artigo.

Dessa forma, das 23 referências inicialmente localizadas, 8 vieram a fazer parte do corpus: Loinaz e Andrés-Pueyo (2017), Rojas-Cavanzo, Benkelfat-Perafán e Mora-Antó (2016), Leal, Ayres, Esteves-Pereira, Sánchez e Larouzé (2016), Vanegas (2015), Sherer, Sherer, Nascimento e Ragozo (2011), Sarkin (2008), Guedes (2006) e Almeida (2006).

Base de dados da publicação

Das 8 referências resgatadas, todas poderiam ser encontradas na base de dados LILACS. Guedes (2006) foi encontrado em todas as bases e Loinaz e Andrés-Pueyo (2017), Rojas- Cavanzo, Benkelfet-Perafán e Mora-Antó (2016), Leal, Ayres, Esteves-Pereira, Sánchez e Larouzé (2016) e Sarkin (2008) puderam ser encontradas na LILACS e SCIELO. Vanegas (2015), Sherer, Sherer, Nascimento e Ragozo (2011) e Almeida (2006) foram encontradas apenas na LILACS. Com os descritores usados a base de dados LILACS mostrou ser a mais eficiente e bem-sucedida para o trabalho.

Ano das publicações

O ano das publicações não foi um fator de exclusão dos artigos, pois houve um pequeno número de resultados. Se houvesse um fator de inclusão por período, o resultado encontrado nas bases de dados seria menor ainda. Dessa forma, há artigos de 2006 até

2017. Pode-se observar várias lacunas temporais, visto que não houve trabalhos publicados sobre essa temática entre os anos de 2008 até 2011 e 2011 até 2015.

Revista da publicação

Os artigos analisados foram publicados no total de seis revistas. A revista Criminalidad e a Revista Psicologia ciência e profissão foram as mais usadas, cada uma foi usada por dois artigos. As outras revistas utilizadas foram: Revista latino-americana de ciências sociales, niñez y juventude, Revista Ciência e saúde coletiva, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas, Revista internacional de Direitos Humanos. Estes achados demonstram que as revistas destinadas a psicologia ainda precisam explorar mais esta temática.

Referências	Revista
Loinaz e Andrés-Puevo (2017)	Revista Criminalidad
Rojas-cavanzo, Benkelfat-Perafan e Mora-Antó (2016)	Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud
Leal, Ayres, Esteves-Pereira, Sanchez e Larouzé (2016)	Revista Ciência e Saúde Coletiva
Vanegas (2015)	Revista Criminalidad
Sherer, Sherer, Nascimento e Ragozo (2011)	Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (SMAD)
Sarkin (2008)	Revista Internacional de Direitos Humanos
Guedes (2006)	Psicologia Ciência e Profissão
Almeida (2006)	Psicologia Ciência e Profissão

Observou-se a partir das revistas em que os artigos foram publicados que a psicologia diante dos descritores utilizado não tem se aprofundado nessa temática, além de apresentar publicações mais antigas sendo a última encontrada no ano de 2006, o que pode estar associado a escolha dos descritores desta pesquisa. A partir disso, se faz necessidade que a Psicologia estude esses temas juntamente com o Direito, Ciências Sociais e Ciências da Saúde, para que se possa ter uma visão holística do tema.

Tipos de pesquisa

Neste tópico apresentaremos a escolha metodológicas de cada artigo, ou seja, entre qualitativos – quantitativos; exploratória, descritiva ou explicativa; longitudinal – transversal; documenta ou estudo de caso.

Quanto à **abordagem** o estudo pode ser qualitativo ou quantitativo. O primeiro se explica por ser um estudo que os dados estão geralmente em formato textual e com significados pela subjetividade dos participantes. O segundo se dá pela expressão objetiva e quantificável da análise dos dados. Dos artigos que integram o corpus, três são considerados qualitativos, que são: Rojas-Cavanzo, Benkelfat-Perafán e Mora-Antó (2016), Guedes (2006) e Almeida (2006).

Quanto aos **objetivos** a pesquisa pode ser exploratória, descritiva ou explicativa. A exploratória é direcionada para compreensão inicial da temática, a descritiva está ligada aos dados quantitativos e a explicativa aos dados qualitativos. Vanegas (2015) e Sarkin (2008) são pesquisas exploratórias, os três citados anteriormente com abordagem qualitativa são pesquisas explicativas e Loinaz e Andrés-Pueyo (2017), Leal, Ayres, Esteves-Pereira, Sánchez e Larouzé (2016), e Sherer, Sherer, Nascimento e Ragozo (2011) são tanto estudos com abordagem quantitativa quanto descritiva.

Quanto à **delimitação temporal**, o estudo de Rojas-Cavanzo, Benkelfat-Perafán e Mora-Antó (2016) expressou ser um estudo transversal, ao se propor analisar os dados

coletados em comparação com outras amostras observadas em um mesmo momento histórico, porém com diferentes sujeitos.

Quanto ao **procedimento**, houve estudos que utilizaram de pesquisa como Survey, documental e estudo de caso. Os que utilizam o método Survey são estudos que coletam dados a partir de questionários geralmente com grande quantidade de participantes, por exemplo o artigo de Sherer, Sherer, Nascimento e Ragozo (2011). O método documental são estudos que analisam documentos para a coleta de dados, um exemplo de artigo analisado que utiliza esse procedimento é o de Leal, Ayres, Esteves-Pereira, Sánchez e Larouzé (2016). O terceiro método citado, chamado de estudo de caso, é sobre um sujeito ou caso específico. O artigo de Almeida (2008) faz um estudo de caso de apenas uma detenta e procura identificar a influência que os ciclos de violência exercem na formação da identidade da mulher presa, de acordo com os resultados das entrevistas semi dirigidas que realizaram com ela.

Ferramentas

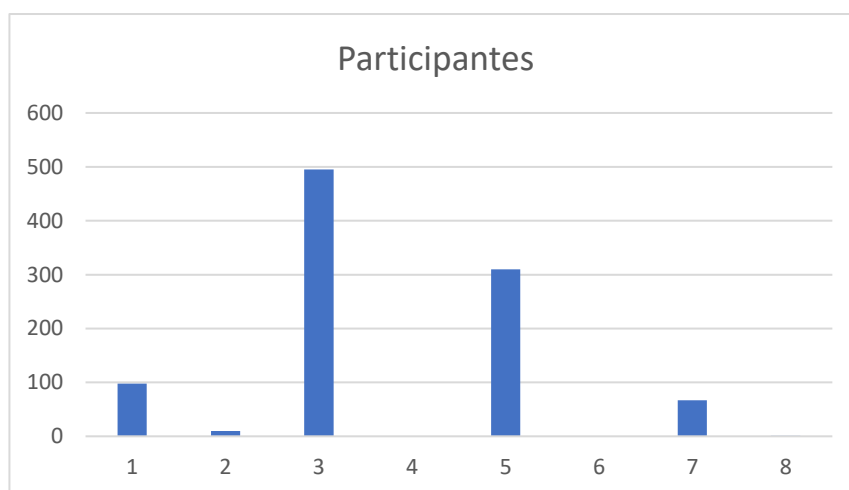
Dos trabalhos analisados, seis utilizaram um método que necessitava a participação das mulheres. Podemos citar como ferramentas utilizadas nos trabalhos: entrevistas, tanto estruturadas quanto semi dirigida, protocolos criados pelos próprios pesquisadores, RisCanvi, que é uma ferramenta para avaliar o risco, e atendimentos.

Referências	Instrumentos
Loinaz e Andrés-Puevo (2017)	RisCanvi
Rojas-cavano, Benkelfat-Perafan e Mora-Antó (2016)	Entrevista
Leal, Ayres, Esteves-Pereira, Sanchez e Larouzé (2016)	Entrevista estruturada com as mulheres; Coleta de dados prontuário; Entrevista com gestores; Fotografias dos cartões de pré-natal
Vanegas (2015)	-
Sherer, Sherer, Nascimento e Ragozo (2011)	Protocolo de pesquisa criado pelos autores

Sarkin (2008)	-
Guedes (2006)	Atendimento
Almeida (2006)	Entrevista semi dirigida

Quantidade de participantes

A quantidade de participantes de cada estudo foi variada, podendo ser observada no gráfico abaixo:



O eixo horizontal do gráfico estão os artigos na ordem deposta a seguir: [1] Loinaz e Andrés-Pueyo (2017), [2] Rojas-Cavanzo, Benkelfat-Perafán e Mora-Antó (2016), [3] Leal, Ayres, Esteves-Pereira, Sánchez e Larouzé (2016), [4] Vanegas (2015), [5] Sherer, Sherer, Nascimento e Ragozo (2011), [6] Sarkin (2008), [7] Guedes (2006) e [8] Almeida (2006).

O eixo vertical demonstra a quantidade de participantes de cada estudo. Podemos observar que no gráfico aparece que os estudos [4] e [6] não tem nenhuma participante e que o estudo [8] e [2] tem poucas participantes quando comparados aos outros artigos analisados. Pode-se observar que quantidade de participantes não diz da qualidade do trabalho apresentado, apenas demonstra a diferença do método escolhido e da ferramenta utilizada.

Objetivos dos trabalhos

A presença da violência contra as mulheres foi presente em todos os artigos, sendo que o termo violência foi expressamente escrito no objetivo de três deles:

Referências	Objetivos	País
Loinaz e Andrés-Puevo (2017)	Comparar a presença de diferentes fatores do risco que contribuem ao crime em um grupo de mulheres internas nos centros penitenciários de Catalunha (Espanha), comparando aqueles que tinham sido ou não vítimas de VCP (Violencia contra la pareja).	Espanha
Vanegas (2015)	Responder as seguintes perguntas: O que é a violência contra as mulheres? Qual a reação do Estado colombiano frente a isso? O que é feminicídio? Como distinguir feminicídio de homicídio com vítima mulher?	Colômbia
Almeida (2006)	identificar a influência que os ciclos de violência exercem na formação da identidade da mulher presa.	Brasil

O artigo de Loinaz e Andrés-Pueyo (2017) trazem referências que mostram a existência da correlação da criminalidade feminina com violência doméstica, todavia a amostra utilizada no artigo demonstrou uma porcentagem de mulheres que sofreram violência doméstica estatisticamente igual da população do local, ou seja, não houve uma maior incidência de mulheres que sofreram violência entre as participantes. Para que houvesse a correlação, a estatística deveria mostrar uma maior incidência de violência doméstica em mulheres presas.

Esse artigo também encontrou, utilizando a ferramenta RisCanvi, que mulheres que sofreram violência apresentavam maiores riscos em alguns aspectos como: conflito

com outros internos, maior abuso de drogas, maior incidência de transtorno mentais e tentativa de suicídio.

Mesmo que os dados do artigo não tenham corroborado as informações da introdução do artigo, cabe a análise das consequências que a violência contra a mulher traz pra vida dela. A população carcerária feminina no estudo que sofreram violência doméstica precisam de atenção e cuidado, maior incidência de transtornos mentais, abuso de drogas e tentativas de suicídio são sinais para que as políticas públicas trabalhem esse aspecto.

Outros aspectos que podemos analisar é a dificuldade que as mulheres têm de afirmar ter sofrido violência doméstica. Existam diversas formas de violência e muitas vezes as mulheres não sabem que estão passando por uma violência psicológica no relacionamento. As vezes a mulher mesmo sofrendo violência física não denuncia e não fala que já sofreu, pelo estigma de que é inferior ao homem acaba acreditando que mereceu a violência sofrida. Portanto, os dados de quantidade de mulheres que sofreram violência podem ser que estejam enviesados por esse aspecto social.

Já o artigo de Almeida (2006), utilizando o artigo de Soares (2002), mostra que mais de 95% das mulheres presas sofreram algum tipo de violência em alguma das seguintes situações: infância, pelos responsáveis; na vida adulta, pelo marido/companheiro, quando foram presas, por parte dos policiais. A participante do estudo de Almeida (2006) corrobora com a referência encontrada em Soares (2002), pois sofreu violência nos três âmbitos.

O papel social da mulher que foi construído pela cultura patriarcal, que é ser submissa e inferior ao homem, faz com que situações de violência decorram dessa relação de poder que se dá em relacionamentos entre homens e mulheres em uma situação de casal. Essa violência se repete em outras relações como polícia e detento, e pais e filhos.

O artigo de Vanegas (2015) traz as diversas formas de violência contra a mulher e ressalta que muitas vezes as mulheres estão mais seguras na rua do que em sua própria casa. Alguns exemplos de violência trazida por Vanegas (2015) são: assédio sexual, assédio no trabalho; abuso verbal; violência intrafamiliar; abuso infantil intra e extrafamiliar; violência sexual; tráfico de mulheres; prostituição forçada; mutilação genital; violência física e feminicídio (extremo da violência); violência ligada a distribuição desigual do poder e das relações assimétricas que se estabelecem entre homens e mulheres.

Outro ponto importante de ser ressaltado é mesmo que o estudo de Vanegas tenha sido realizado na Colômbia, o aspecto penal do feminicídio no Brasil e o contexto social são muito parecidos. Portanto as reflexões acerca da violência contra as mulheres são válidas para o Brasil também.

O fato de o artigo dizer que muitas vezes as mulheres estão mais seguras na rua do que em casa é marcante. Em casos de estupro, por exemplo, percebemos que a maioria das vezes o agressor é um conhecido. E isso sem levar em consideração os casos que acontecem dentro dos relacionamentos, no qual a mulher não sente vontade de ter a relação sexual e acaba sendo obrigada a fazer.

Esse é um fator preocupante, as mulheres não se sentem seguras dentro da própria casa, no ambiente de trabalho, e nos diversos ambientes que frequenta. Sempre com a expectativa de que alguém pode ser violento ou abusivo e que realmente acontece em todos os ambientes. Usar um aplicativo de taxi, marcar um médico, ir em uma academia coisas que deveriam ser normais, são na verdade situações que deixam as mulheres inseguras.

Os outros artigos mesmo não trazendo o termo violência explícito no objetivo, falam sobre isso no decorrer do artigo. O estudo de Rojas-Cavanzo, Benkelfat-Perafán e

Mora-Antó (2016), cujo objetivo é caracterizar a percepção que as mulheres presas tinham sobre a dinâmica de relação de sua família de origem e a família escolhida, fala sobre a desestruturação da família de origem e as situações de violência, tanto com os pais quanto com os irmãos. Essa pesquisa também fala da violência da família escolhida, do abandono do marido e a responsabilidade de criar os filhos sozinhas, levando essas mulheres a cometer crimes.

O estudo de Ayres que tem como objetivo avaliar a situação da mulher grávida no contexto prisional chama a atenção pelas violências que essas mulheres sofrem pelos agentes de saúde e penitenciários e também violências e violação dos direitos humanos durante o parto, como por exemplo manter a mulher com algemas mesmo durante o parto, o que é veementemente proibido pela legislação brasileira.

Fatores Importantes

A baixa escolaridade das mulheres presas é salientada em quatro dos artigos que integram o corpus, sendo que na metade desses foi colocado expressamente a responsabilidade da mulher como sendo geradora da sua família, visto que destacam serem mãe sem suporte social e familiar. No artigo de Almeida (2006), no qual foi realizado um estudo de caso, a detenta que tem apenas 21 anos, é mãe e conta sua trajetória de vida. Ela diz que depois de separar do marido, voltou para a casa da mãe e quis levar uma vida honesta, mas com a morte da mãe e não conseguir emprego, não viu outra possibilidade a não ser voltar à criminalidade. Mesmo que este artigo de Almeida (2006) não traga expressamente a baixa escolaridade da participante, pode-se perceber que a responsabilidade de gerir economicamente sua família foi um dos motivos para o retorno à criminalidade.

Metade dos estudos que compuseram o trabalho foram realizados no Brasil. Dos quatro estudos remanescentes, dois foram realizados na Colômbia, um na Espanha e um na África (continente). O artigo que utilizou o continente africano como referência focou na questão dos direitos humanos e na qualidade das penitenciárias de modo geral e fez reflexões sobre a violência que as mulheres sofrem em alguns países pois são encarceradas junto com os homens. Os delitos mais frequentes das mulheres africanas perpassam o assassinato, infanticídio, aborto e roubo.

De todos os trabalhos pode-se observar que o tráfico de drogas é um dos delitos mais frequentemente associado ao encarceramento feminino. O estudo de Almeida (2006), no qual foi realizado um estudo de caso utilizando entrevista semi dirigida com uma detenta, mostrou que apesar de a mulher ter sido presa por roubo, ela foi inserida na criminalidade pelo primeiro namorado no tráfico de drogas.

Observa-se que a desigualdade social, a baixa escolaridade, a falta de estrutura familiar, a responsabilidade de criar os filhos sozinhas e a familiaridade com a violência, que sempre esteve presente na vida dessas mulheres são fatores importantes que determinam quais mulheres são presas hoje no Brasil.

Com o crescimento do Conservadorismo no Brasil, percebe-se que a forma de resolver a insegurança e a tentativa de tornar a sociedade mais segura passam a ser mais radicais, com a vontade do estabelecimento da pena de morte, existe um culto à violência policial e essa ideologia repressiva está presente no Congresso Nacional, nomeados de “bancada da bala”. Essa bancada defende leis para diminuir a maioridade penal, legalizar a posse de arma e meios legais para que os policiais matem mais sem serem responsabilizados. (Löwy, 2015)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale iniciar as considerações finais desta pesquisa apontando a importância dos descritores escolhidos para os rumos de uma revisão de literatura, o que não seria diferente para a até aqui apresentada. A partir disso ao longo do processo de construção deste trabalho foi possível perceber que outras escolhas poderiam haver sido realizadas e a partir disso destacamos alguns aspectos a serem aperfeiçoados em outros estudos.

É também importante que novas pesquisas sejam realizadas levando em consideração os artigos que não utilizam a palavra “prisão”. Termos como “restrição de liberdade”, “reclusão”, “cárcere” e “encarceramento” devem ser incluídos na pesquisa para que façam que o artigo fique mais rico, com resultados mais abrangentes.

Diante do exposto no trabalho, conclui-se que a violência, em suas diversas formas, faz parte da vida da mulher na sociedade atual. As mulheres sofrem violência em casa, no trabalho, na rua e também quando são presas. Há estudos que correlacionam a violência doméstica com a entrada da mulher na criminalidade. Destaca-se por meio desta revisão que os envolvimento de mulheres com a criminalidade tendem a estar associados a necessidade de cuidar de seus filhos sozinhas, a falta de suporte social e baixa escolaridade.

O número restrito de artigos encontrados para compor o corpus do estudo pode dizer da falta de interesse da comunidade acadêmica sobre o assunto, destacando assim a importância de mais produções nessa temática para que a partir delas possam ser produzidas as políticas públicas e ações e que essas possam melhorar a qualidade de vida das mulheres evitando a partir disto um possível envolvimento com a criminalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, V. P. (2006). Repercussões da violência na construção da identidade feminina da mulher presa: um estudo de caso. *Psicol. cienc. prof.* [online], 26(4), 604-619.
- Barcinski, M., Altenbernd, B., & Campani, C. (2014). Entre cuidar e vigiar: ambiguidades e contradições no discurso de uma agente penitenciária. *Ciênc. saúde coletiva*, 19(7).
- Bicalho, P. P., & Rangel, F. (2017). O alongamento do tempo de prisão e a violação de direitos na custódia de presos no Brasil. *Av. Psicol. latinoame*, 35(3).
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Vozes.
- Guedes, M. A. (2006). Intervenções psicossociais no sistema carcerário feminino. *Psicol. cienc. prof.*, 26(4).
- Leal, M. d., Ayres, B., Esteves-Pereira, A. P., Sánchez, A., & Larouzé, B. (2016). Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. *Ciênc. saúde colet*, 21(7).
- Loinaz, Ismael & Andres-Pueyo, Antonio. (2017) Vitimização no casal como fator do risco nas mulheres na prisão. *Rev. Crim.* [online], 59(3), 153-162.
- Löwy, M. (2015). Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*.
- Moreira, V., Boris, G. D., & Venâncio, N. (2011). O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. *Psicologia e Sociedade*, 398-406.
- Rojas-Cavanzo, D. A., Perafán-Benkelfat, K., & Mora-Antó, A. (2016). Narrativas acerca de las relaciones familiares en mujeres en situación de reclusión carcelaria. *Rev. latinoam. cienc. soc. niñez juv*, 14(1).
- Sapori, L. F., Santos, R., & Wan Der Mass, L. (2017). Fatores sociais determinantes da reincidência criminal no Brasil: o caso de Minas Gerais. *Rev. bras. Ci. Soc.*, 32(94).
- Sarkin, J. (2008). Prisões na África: uma avaliação da perspectiva dos direitos humanos. *Rev. Int. Direitos human.* [online], 5(9), 22-51.
- Sherer, Z., Sherer, E., Nascimento, A., & Ragozo, F. (2011). Perfil sociodemográfico e história penal da população encarcerada de uma penitenciária do interior do estado de São Paulo. *SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.*, 7(2), 55-62.
- Soares, B.M (2002). *Prisioneiras: Vida e Violência atrás das Grades*. Rio de Janeiro: Gramond/ CEsSec
- Vanegas, F. S. B. (2015). Feminicidio y derecho penal. *Rev. Crim.*, 57(1).